



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

SARA ALZIRA RODRIGUES AGUIAR

**HISTORICIDADE DOS CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA IDEIA DE INFÂNCIA
CRIANÇA BRASILEIRA E GOIANA**

GOIÂNIA
2022

SARA ALZIRA RODRIGUES AGUIAR

**HISTORICIDADE DOS CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA IDEIA DE INFÂNCIA
CRIANÇA BRASILEIRA E GOIANA**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dra. Maria Zeneide C.M. de Almeida

GOIÂNIA
2022

SARA ALZIRA RODRIGUES AGUIAR

**HISTORICIDADE DOS CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA IDEIA DE INFÂNCIA
CRIANÇA BRASILEIRA E GOIANA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora: Dra. Maria Zeneide C.M. de Almeida _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof^a. Convidada: Ma. Zélia Maria Borges _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final _____ ()

Goiânia, ____ / ____ / 2022

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, especialmente à minha mãe,
que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter sido minha âncora por toda essa trajetória, mesmo diante de muitas tempestades e dificuldades. À minha família, em especial aos meus pais, por todo o apoio, amor, cuidado e confiança que em mim depositaram. Ao meu esposo, importante pessoa que me apoiou. Minha irmã, que foi meu incentivo diário e que me despertou o desejo em seguir nessa área. Aos meus amigos. À professora convidada Ma. Zélia Maria Borges que contribuiu com reflexões para a escrita desta pesquisa. À minha orientadora Dra. Maria Zeneide C.M. de Almeida, pela compreensão, orientação e dedicação para o desenvolvimento do meu trabalho, e à professora doutoranda Rosângela Almeida que apresentou ideias e opiniões enriquecedoras para a construção deste trabalho científico.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.”

(CORA CORALINA)

HISTORICIDADE DOS CONCEITOS E SIGNIFICADOS DA IDEIA DE INFÂNCIA CRIANÇA BRASILEIRA E GOIANA

Sara Alzira Rodrigues Aguiar¹
Maria Zeneide C.M. de Almeida²

RESUMO

Este trabalho é o resultado da pesquisa desenvolvida na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC GOIÁS. Trata-se de um estudo bibliográfico, que tem como finalidade compreender a historicidade dos conceitos e significados da ideia de infância criança brasileira e goiana. A compreensão e reflexão sobre a temática está amparada nos autores elencados que teorizam e discutem a historicidade do conceito de infância. Derivando das reflexões sobre as variadas concepções de infância, o que nos revela é que as concepções que possuímos sobre a infância na contemporaneidade, é algo valioso para compreendermos o processo histórico pelo qual está se constituindo, aprofundando-se no Brasil e em Goiás. Como resultado, é compreendido que a infância deve ser vista de um modo particular e singular de se pensar a criança e não algo generalizado e universal vivido ao mesmo modo.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. História. Criança. Brasil. Goiás.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

² Doutora. Professora do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA CRIANÇA: CENÁRIOS HISTÓRICOS	10
CAPÍTULO II – A INFÂNCIA NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	19
CAPÍTULO III – A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM GOIÁS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo reconhecer a historicidade dos conceitos e significados da ideia de infância criança brasileira e goiana. Com essa finalidade, se fez necessário mostrar através da história como esta concepção de infância foi se constituindo ao passar do tempo. Construindo reflexões sobre a importância da criança sob uma perspectiva geral desde a Europa, passando pelo Brasil até chegarmos a Goiás. Problematizando a subjetividade infantil, assim como os impactos que os problemas sociais geraram na educação das crianças.

O interesse por essa temática, foi motivado, a princípio, através do primeiro período da Graduação em Pedagogia, com a disciplina de Estudos Socio Históricos da Infância, Adolescência e Juventude. A partir disso se iniciou a curiosidade e vontade de realizar um estudo aprofundado sobre a história da criança e sua importância para sociedade enquanto membro fundamental do processo de desenvolvimento desta. Trata-se de um estudo bibliográfico realizado em livros, artigos científicos resultantes de bibliotecas convencionais e virtuais, assim como documentos oficiais, os quais possibilitaram estudar autores que produziram pesquisas e estudos que abarcam o tema.

O processo de formação da criança, sob a responsabilidade do profissional da educação é algo de extrema importância e é primordial que o professor enquanto colaborador desse processo, tenha conhecimento sobre a história da criança, pois compreender o passado é propor momentos de reflexão sobre o trabalho com a criança pequena e sua educação nos dias de hoje. Por muito tempo, a criança foi negligenciada enquanto sujeito histórico de direitos e contribuinte de uma cultura com aspectos específicos como em sua maneira de se expressar, de vestir, de pensar, de simplesmente existir.

Com esse fim, o presente trabalho realizou uma breve revisão histórica em três capítulos. O primeiro capítulo “A história da infância e da criança: cenários históricos”, que perpassa a infância na Média, um apanhado geral enfatizando a Europa; O segundo capítulo “A infância no Brasil e o surgimento das instituições e políticas para a educação infantil”, discorre desde o Brasil Colonial como a infância

se passava, as crianças indígenas, escravas e portuguesas, como se dava o processo de formação dessas crianças e o surgimento das primeiras instituições de ensino; O terceiro capítulo “ A infância e a educação infantil em Goiás” que especificamente tratará sobre a infância, a criança e a educação goiana.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA CRIANÇA: CENÁRIOS HISTÓRICOS

Ao longo dos anos vários conceitos de infância foram historicamente construídos, percorrendo pelo o adulto em miniatura na Idade Média e chegando a criança com direito na Contemporaneidade. Entender o que foram esses conceitos, analisando a infância do ponto de vista histórico, pode nos mostrar muito sobre a sua situação nos dias atuais.

Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram muito precárias, o que tornava o índice de mortalidade infantil muito alto. Segundo os estudos até esse período não havia uma concepção de infância. Na Idade Média, as crianças eram caracterizadas como adulto em miniatura, sendo vestidas e apresentadas aos mesmos costumes dos adultos.

“Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.” (HEYWOOD, 2004, p.87)

Durante a primeira infância as crianças vivem em família, assistidas pelas mulheres e submetidas à autoridade do pai, que pode reconhecê-las ou abandoná-las. As mães eram responsáveis pelas crianças, elas aprendiam através das observações e imitações dos adultos, não havia espaços de formação para a educação, todos os espaços de vivências, a caça, as interações, as crenças, eram considerados meios de formações. No período da Grécia antiga, a família já começava se constituir majoritariamente patriarcal, a mulher submissa socialmente, comprometida com os afazeres domésticos, ao passo que o homem era representado no ócio. Como de costume das culturas primitivas, a infância não era valorizada na Grécia, não havia investimento afetivo, a infância era vista pelas mulheres e marginalizadas.

A infância cresce em casa, controlada pelo “medo do pai”, atemorizada por figuras míticas semelhantes às bruxas, compensadas com brinquedos e distraídos com jogos. Eram sujeitas a violência, ao estupro, ao trabalho e até mesmo a sacrifícios rituais. Aquelas crianças que nasciam com alguma deformidade ou problema físico eram jogadas de precipícios ou abandonadas. Quando completavam sete anos de idade os meninos eram enviados a instituições públicas e sociais que lhe imprimiam uma identidade e lhe exercia alguma proteção (CAMBI 1999). Desse lugar saia dois modelos educativos, o espartano, que caracterizava um ensino militar, obediente e corajoso para a formação de guerreiro; e o ateniense, indicado pela

[...] ideia harmônica de formação que inspira o processo educativo e o lugar que nela ocupa a cultura literária e musical, desprovida de valor prático, mas de grande importância espiritual, ligada ao crescimento da personalidade e da humanidade do jovem (CAMBI, 1999, p. 85).

As meninas aprendiam com as mães os serviços domésticos. Pode-se dizer que a infância nesse período era demarcada por vários rituais. Desde esse período histórico pode se observar a infância como um fenômeno histórico e não meramente natural, as características da mesma no ocidente moderno podem ser sistematicamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção.

Ariès (1978), famoso historiador francês, que através de pesquisas iconográficas, imagens de famílias europeias e ocidentais do século XII em diante, traz em suas afirmações que a infância foi uma invenção da modernidade. Para ele, a emergência do sentimento de infância, como uma consciência da particularidade infantil, é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural. Desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia. As obras não retratavam as crianças como elas realmente eram, mas com características de adultos em tamanho reduzido. Os autores medievais, quase que invariavelmente preferiam escrever sobre a idade adulta, especialmente a dos homens, ao invés de se dedicar a infância e a adolescência. Eram vistas de forma imprecisa e desdenhada. A sociedade Medieval (Século V ao XV) via mal a criança,

não compreendia a infância como período de pureza e inocência, fazendo com que as crianças tivessem contato com toda e qualquer situação, que não condizia com a sua idade e desenvolvimento cognitivo. Cabia aos adultos desenvolver nelas o caráter e a razão. No lugar de procurar entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade de seu pensamento, pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas, preparadas para a vida adulta.

Não havia o sentimento de infância, ou seja, não tinha consciência da peculiaridade da criança em relação ao adulto. A criança era um ser que despertava pouco interesse entre os adultos. Era negligenciada, desconsiderada. O período da infância terminava aos sete anos, quando a criança já dominava as palavras, até então ela era considerada como alguém incapaz de falar, significado este oriundo do latim, *infantia*. A duração da infância pequena se transformava imediatamente em jovens adultos partilhando da vida com os adultos em todos os aspectos, trazendo assim a concepção de adulto em miniatura ou pequeno adulto. A educação da criança era garantida pela família, era assegurada pelo sistema de aprendizagem. As crianças eram tratadas desde cedo com muita rigidez, sem nenhum tipo de carinho ou cuidado, aprendiam coisas que devia ser ajudando os adultos a fazê-las.

A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos”. (HEYWOOD, 2004, p. 23).

A perda das crianças, a morte era algo esperado. Havia um alto índice de mortalidade que levava a um desperdício natural e uma passível aceitabilidade em relação a esse fato, pois a desinente falta de cuidados básicos e de higiene era comum. O infanticídio era tolerado pela sociedade, se uma criança morresse, outra a substituíria, na intenção de conseguir outra melhor, mais saudável, mais forte que correspondesse às expectativas dos pais e de uma sociedade que estava organizada em torno dessa perspectiva utilitária da infância. Nessa circunstância, “a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança”, no caso “da criança morta, não se considerava, que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança” (ARIÈS, 1981, p. 21)

Com a ausência de um tratamento específico (Postman,2011) destaca que nesse período não havia uma literatura infantil, nem mesmo livros de pediatria, a linguagem era a mesma tanto para o adulto quanto para a criança. Ainda segundo o autor, “[...] no mundo medieval não havia nenhuma concepção de desenvolvimento infantil, nenhuma concepção de pré-requisitos de aprendizagem sequencial, nenhuma concepção de escolarização como preparação para o mundo adulto” (Postman,2011 p. 29).

No século XIII, a criança estava ligada a representação religiosa, elas aparecem como anjos, com traços que se diferenciam dos adultos. E aos poucos vão obtendo reconhecimento, como participações em missas, em apresentações artísticas. Inicia-se também um momento denominado “paparicação”, em que a criança é vista como um mero objeto de diversão, tornando – alvo de distração aos olhos dos adultos. As crianças vão sendo vistas como parte da família e admiradas por suas expressões e falas. A igreja contraria a essa forma de reconhecer a criança como uma distração, um objeto, atenta-se em educá-la baseada nos princípios morais e associada aos cuidados básicos de saúde e higiene. Esse novo momento aprimorou o sentimento de infância e unificou uma nova prática, a preocupação com a saúde e cuidados básicos de higiene das crianças.

Como foi apontado por Àrie, na Idade Média, as “cenas de interiores” da família são “muito raras” na iconografia. Cambi (1999), em seus escritos também nos mostra que nas representações de eventos íntimos como o parto (por exemplo, nas representações do nascimento da Virgem), faltam representações de grupo da família. Esse todo evidencia como a família medieval é algo pouco estruturado, na qual os problemas educativos também têm escassa estruturação e pouca centralidade: a família cria os filhos, destina-os a um papel na sociedade, controla-os de modo autoritário, mas não os reveste de cuidados e de projetos, não os põe no centro da vida familiar, entrelaçando-os num tecido educativo minucioso e orgânico. É visto que os autores compartilham de uma mesma visão, de que a infância no período antigo, é vista apenas como uma idade de passagem, afetada pelas incertezas, e que não há comprometimento com a valorização e investimento afetivo.

De acordo com Krammer (2006), a ideia de infância surge no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil, graças

ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. A concepção de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias medievais que se formavam, no interior da burguesia. Havia a preocupação de uma criança que precisava ser moralizada e paparicada, esse duplo modo de ver a infância, de que falava Àries.

Segundo a autora, a infância pode ser entendida “como período da história de cada um, que se estende, na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade”. “A infância, mais que um estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância” (KRAMER, 2006, p. 15). As crianças, sujeitos sociais, históricos e em desenvolvimento que vivenciam a infância são marcadas pelas contradições das sociedades em que estão inseridas.

As crianças assumem seu lugar, deixam de serem vistas como adultos tendo seu próprio ritmo de aprendizagem quando surge o sentimento de afeição pela infância e por parte das famílias. Cambi (1999) diz que na modernidade a formação do homem segue novos itinerários sociais, orienta-se segundo novos valores, estabelece novos modelos, produzindo assim uma revolução educativa pedagógica. A escola passa a se destacar como instituição formadora que prepara o homem – cidadão para a vida nesses novos tempos torna-se o espaço por excelência de educação da criança.

Muda-se também a relação familiar, e esta passa a ser construída como um núcleo de afetos nesse novo relacionamento familiar. Nesse momento a infância é vista de maneira muito diferenciada dos períodos históricos anteriores. A criança passa a ser vista não mais como um “pequeno adulto” e garante dentro da família um espaço social privilegiado, como um ser inocente que precisa ser rodeado de cuidados e com isto, a escola aparece como um espaço de formação complementar e específico para esse indivíduo frágil que precisa aprender a se relacionar com o mundo (CAMBI, 1999).

Segundo o Ariès (2005), no período da Idade Média os colégios do século XIII que eram mantidos por doações, não eram instituições que ensinavam os alunos, mas que funcionavam como moradia para muitos estudantes pobres, não havia a diferenciação de idades, jovens, crianças, adultos dividiam o mesmo ambiente e

recebiam coletivamente os mesmos conteúdos, já que não havia currículos. Apenas a partir do século XV que esses colégios passam a ser instituições de ensino, transmissora de ensinamentos e autoritária com a aplicação de regras e controle, propiciando a evolução da escola simples da Idade Média para a complexidade da escola moderna.

Essa evolução dos colégios, reconheceu que os indivíduos tem necessidades e capacidades específicas, em particular as crianças e suas particularidades. Proporcionou a separação, primeiramente dos menores, depois dos maiores, o que ajudou a preservar a inocência da criança afastando-a da má influência de estudantes mais velhos. No entanto essa mudança ocorre somente no âmbito escolar, já que na sociedade a separação das idades ainda não existia.

A descoberta da infância em meados da Modernidade, entre o humanismo e o renascimento, se desenvolve nos séculos seguintes, pela família e o seu investimento afetivo sobre a criança, pela escola que se reorganiza segundo as necessidades e as capacidades das várias etapas da idade evolutiva, para chegar a invadir a sociedade e a cultura, entre os séculos XVIII e XIX. No correr do século XIX as ciências humanas e as instituições educativas burguesas, colocaram cada vez mais no centro da pedagogia a criança, assumida na sua especificidade psicológica e na sua função social. A infância foi vista como uma idade radicalmente diferente em relação à adulta, levada a um processo evolutivo complexo e conflituoso, emotivo e cognitivo, condutora, no entanto, de valores próprios e exemplares: da fantasia à igualdade.

“Assim, a criança tornou-se o sujeito educativo por excelência, reclamando uma rearticulação das instituições educativas, reclamando o “jardim-de-infância” ao lado da escola, porque é justamente na idade pré-escolar que se desenvolve o germe da personalidade humana” (CAMBI, 1999, p. 387).

Rousseau (1995), defende que a criança ao nascer tem as características naturais preservadas e que, infelizmente, o processo de socialização e educação, seja social, seja doméstico, geralmente acaba por desnaturar a criança de forma equivocada levando-a a sua corrupção. Rousseau pensava a infância como um estágio natural do ser humano, há uma proposta de um modelo de educação que

fosse própria para a infância na qual a criança fosse respeitada de acordo com sua natureza. Em sua obra “Emílio”, o filósofo desenvolve um pensamento próprio acerca do desenvolvimento da criança e, em especial, da infância. Ele destaca que a criança deve ser vista em seu próprio mundo e não como uma mera projeção do adulto. Ele produz um conceito moderno de infância, buscando desfazer de velhos conceitos e possibilitando um novo olhar sobre a mesma.

Rousseau não compreende a criança como um adulto em miniatura, entende a criança como sujeito que se desenvolve de forma autônoma, considerando suas manifestações próprias e a capacidade imaginativa e criativa. Refere-se a infância como um tempo agradável em que a criança tem atitudes espontâneas, é feliz e inocente. Uma fase com características próprias às quais devem ser cultivadas de forma a contribuir para o desenvolvimento da inteligência da criança. O autor, de uma maneira intuitiva, antecipou teorias sobre o desenvolvimento cognitivo e moral da criança, quebrou paradigmas e desencadeou novas concepções sobre a criança e a infância, reconhecendo que a criança tem seu próprio mundo e que é preciso compreendê-la a partir dela mesma.

O modo como a infância é vista atualmente é resultado das constantes transformações pelas quais passamos, essa trajetória se deu devido a mudança de pensamento sobre o que é ser criança e a importância dada ao momento específico da infância. E a partir disso, foram criados muitos programas e políticas que pretendessem oferecer e ampliar as situações necessárias para o exercício da cidadania das crianças, que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade. Portanto, o conceito de infância foi construído historicamente, a partir do final da Idade Média e durante a Idade Moderna na Europa. É perceptível como na literatura e nas pinturas as crianças vão ganhando espaço, demonstrando que a sociedade passava a ver naquele momento a criança com outros olhos. Ela passava a ter direito a uma infância tranquila, cuidados próprios inerentes a idade, não só de dependência, mas principalmente voltados para suas capacidades cognitivas. Não há como ver a infância de uma forma estática, não há como dizer que existe uma única ideia de infância, diante dos fatores de diversidades que envolvem as crianças.

“[...] no interior do mesmo espaço cultural, a variação das concepções da infância é fundada em variáveis como a

classe social, o grupo de pertença étnica ou nacional, a religião predominante, o nível de instrução da população [...]” (SARMENTO, 2007, p. 29).

Por isso acreditamos que ao nos referirmos à infância seja mais coerente falarmos em infâncias, no sentido de pluralidade. A infância está relacionada ao contexto ao qual a criança está inserida, pois como vivemos em contextos diferentes, não nos é possível restringirmos a infância a um universo singular. Pois existiram e existem diferentes infâncias em nossa sociedade, não se pode deixar de dizer ao falar de criança tem se que reconhecer que esta etapa da vida é marcada por características peculiares, que independem do contexto da infância das crianças, já que ela possui necessidades e características próprias.

Ao pensar a infância, partimos de um ponto fundamental que é ver e ouvir a criança, que em todo estudo que de fato pretende estudar a infância é algo primordial, pois a criança é um sujeito social e histórico como todo ser humano. Desde o seu nascimento já se inicia o seu processo de seu desenvolvimento cognitivo, por meio das relações afetivas, culturais e sociais o que contribui para a construção da sua identidade através do meio em que está inserida. Nesse sentido, seguimos refletindo sobre a construção da história da infância, tendo em vista a singularidade da criança como sujeito histórico no mundo social. Kuhlmann e Fernandes (2004) apontam a significação de uma ponte entre a história da criança e a história da infância, que compreendem a história da relação das crianças entre si, com os adultos, com a cultura e a sociedade.

“[...] se a história da criança não é possível de ser narrada em primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse de sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança.” (KUHLMANN E FERNANDES, 2004, p. 15)

Contudo, assimilamos que a construção histórica do sentimento da infância foi atribuindo-se de diferentes significados ao passar do tempo, a partir das relações sociais e não somente em função das singularidades da criança. A infância existiu

desde o início da humanidade, mas seu percebimento se deu em meados do século XV, como já mencionado, segundo Ariès, (1981), a infância foi uma invenção da modernidade.

CAPÍTULO 2: A INFÂNCIA NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Assim como Árie que utilizou das iconografias para seus estudos acerca da infância na Europa, No Brasil a historiografia desenvolvida cooperou para os estudos e pesquisas acerca da infância, e uma das precursoras desses estudos podemos destacar a autora Mary del Priore, que faz um importante apontamento, quando diz que no Brasil, como em outros países latinos americanos, a “historiografia internacional pode servir como inspiração, mas não bússola” (PRIORE,1999, p 11).

A história da infância no Brasil é um campo de investigação muito amplo. Inúmeros estudos têm ressaltado as particularidades das infâncias trazendo um caminho que contempla as crianças nativas indígenas, as crianças escravizadas, as crianças livres, as crianças escolarizadas e os diferentes conceitos de infâncias. Entretanto, ainda há muito a ser analisado sobre a criança e sua educação.

Segundo Priore (2013), estudar as infâncias no Brasil é remontar um aspecto complexo da história do país, transpassando mais pela ausência de referências sobre as crianças, do que pela presença, principalmente antes e durante o período colonial. A autora ainda afirma que durante esse período inicialmente foi marcado por um rastro de tragédias, dentre elas, a escravidão das crianças, a violência e luta pela sobrevivência nas instituições assistenciais e por abusos sexuais, situações que apontam a diversos momentos da existência de uma preocupação com as crianças.

A história do país, registrada a partir da conquista das terras brasileiras em 1500 pelos colonizadores e também pelos jesuítas que fizeram parte das primeiras expedições de ocupação das terras brasileiras. Antes mesmo de sua chegada ainda na Terra de Santa Cruz, Pero Vaz de Caminha encaminhou uma carta ao rei D. Manuel I datada em 1º de maio de 1500, em que relatava as belezas do novo mundo, as diferenças de culturas e a necessidade da conversão dos povos nativos, conforme o texto descrevia

“[...] o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CAMINHA, 2003, p. 118).

Estes nativos vistos como ‘primitivos’ necessitavam, segundo os colonizadores, enquadrar-se em um processo civilizador que ele europeu julgava possuir. O

chamado processo de civilização na colônia se deu a partir de tensões, conflitos e disputas de poder nas relações entre os nativos e os recém-chegados, que buscaram criar meios para tornar os nativos em cristãos, lhe ditando uma nova fé, mudando a organização social, alterando o modo de viver do grupo. Como diz Priore (1996, p. 10):

“Aos olhos dos jesuítas recém-chegados às Índias então descobertas, não só o cenário carecia de ordem que exprimisse a marca civilizatória da metrópole na colônia, mediante a instalação de vilas, levantamento de capelas e a semeadura dos campos, mas as almas indígenas deviam ser ordenadas e adestradas para receber a semeadura da palavra de Deus. Transformação da paisagem natural e também da transformação dos nativos em cristãos: esta era a missão.”

Entre os processos de civilização dos “nativos primitivos”, a educação estava presente, traçada nos métodos jesuíticos que se caracterizavam por ensinamentos rígidos, sujeitando as crianças a um rígido disciplinamento dos modos e dos costumes. Também a adesão de castigos físicos, “a educação pelo sangue”, fazia parte do conjunto de medidas civilizadoras na educação das crianças. Pois da educação cotidiana das crianças era esperado a influência sobre os demais da comunidade, que servisse de exemplo, influenciando nas organizações comunitárias, nas relações de poder entre adultos e crianças, e no processo de construção das infâncias brasileiras. Desse modo, a educação seria utilizada para civilizar primeiro as crianças e depois os adultos.

A criança quando considerada mística deveria suportar todas as provações em prol da fé e essa era sua maior qualidade além da pureza da ingenuidade e da inocência. Assim como a criança-santa, que era aquela embasada nos princípios da religiosidade cristã, assemelhada ao menino Jesus, contemplando as características de doçura, bom comportamento, afabilidade e divindade (PRIORE, 1996). Essas crianças eram alvo do Jesuítas, para seu processo de civilização, tomados pelos sentimentos de valorização de sua graça, inocência e vulnerabilidade, fazem a Companhia escolhê-las como fundamento de sua missão colonizadora e a criança é o “[...] ‘papel branco’, a cera virgem, em que tanto desejava escrever; e inscrever-se”, afirma Priore (1996, p.12).

Os portugueses julgavam a infância um momento ideal, onde os pecados e os maus hábitos ainda não estavam inseridos ainda. Trouxeram então, crianças órfãs ou nascidos na terra, pai e mãe brasileira com o objetivo de aprenderem a língua do nativo. Estas crianças eram consideradas intérpretes, chamados então de “meninos línguas”, aprendiam a língua, para depois pregar o evangelho cristão e desse modo salvar sua alma e em seguida a de seus pais, os adultos. Tal processo foi se desenvolvendo ao longo do período inicial da Colônia, e mais adiante esta valorização da infância como momento favorável às novas aprendizagens, conversão e civilização dos modos, levou à fundação de escolas criadas pelos jesuítas no Brasil ao longo do século XVI.

Estas escolas estavam voltadas para atividades como leitura, escrita, matemática, aprendizagem de canto e música utilizada para facilitar a catequização. Era um meio de atração às crianças que dispunha de métodos pedagógicos alinhados na disciplinarização do corpo e da alma, no intuito de fazê-los se desprender dos velhos costumes considerados primitivos, rudes e selvagens, e adquirir a “civilização dos modos”. Não obstante, esse processo de civilização dos nativos, principalmente durante a infância, não ocorreu passivamente, houve resistências, conflitos e muitas tensões decorrentes das tentativas de implantação das crenças, das leis, das novas formas de organização social. Dificultando assim também o processo de colonização.

A história das crianças no Brasil precisa ser compreendida com base na presença de diferentes grupos de crianças nativas, escravas, filhas dos senhores de engenho. A diversidade, as diferentes culturas e costumes dão visibilidade a diferentes segmentos da população. Para as crianças, a educação destacava uma distinção de classe social entre as crianças brancas e as negras. A criança da casa-grande recebia instruções nas escolas jesuítas, ou na própria casa, por professores contratados pela família. Aprendiam a leitura, a escrita, e a disciplina.

A educação da criança escrava era inexistente. Trazidas da África, essas crianças escravas quando sobreviviam da longa viagem transatlântica, que durava até quarenta e cinco dias dentro de um navio negreiro apertado e em péssimas condições de higiene, com água e comida racionadas, ao chegarem ao Brasil, conheciam um rito cruel de passagem para a vida adulta. Caminho também

percorrido pelos criolos, filhos de escravos nascidos no Brasil. Quando pequenas comiam, bebiam, brincavam juntas com os filhos dos senhores.

Era de costume que brancos e negros ocupassem os mesmos espaços, especialmente na primeira infância. Porém esse contanto não garantia que brancos e negros estivessem em condições de igualdade. Gilberto Freyre relata, em seu livro *Casa Grande Senzala*, as funções a que as crianças negras eram postas com relação as crianças brancas.

[...] todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como os Judas de sábado de aleluia e não de carne como os meninos brancos. [...] o melhor brinquedo dos meninos de engenho de outrora [era] montar a cavalo em carneiros; mas na falta de carneiros, moleques. Nas brincadeiras, muitas vezes brutas, dos filhos dos senhores de engenho, os moleques serviam para tudo: eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de liteiras e de cargas as mais pesadas. (FREYRE, 2006, p. 419-420)

A partir dos sete anos de idade, crianças brancas e negras separavam-se e iam seguir o seu destino, ia se inserindo entre os adultos, ocupando-se das mesmas funções, encarando as durezas da vida. Essas crianças eram vistas como escravos adultos e produtivos em potencial. As crianças brancas eram muito acarinhadas e mimadas. As mães embalavam e cantavam para as crianças dormirem ou quando choravam. Além disso, quando estavam começando a falar, recebiam logo suas primeiras lições religiosas.

A educação das crianças no Brasil colonial, entre os séculos XVI e XVIII foi sendo alterada pelas relações estabelecidas entre adultos e crianças.

“O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos naquele momento, em via de estruturação até mesmo entre as crianças. Tais códigos eram bastante diferenciados entre os núcleos sociais distintos: os livres e os escravos; os que viviam em ambiente rural e em ambiente urbano; os ricos e os pobres; os órfãos e os abandonados e os que tinham família, etc.” (PRIORE, 2013, p. 104-105).

A infância no Brasil colônia apresenta detalhes de um mundo familiar caracterizado não por relações envoltas de afeto, mas por sentimentos de hierarquia e poder que priorizavam o patriarca em detrimento de mulheres, crianças e

agregados. De acordo com Costa (2004), a criança ocupava uma posição irrelevante na família patriarcal e na vida social. O pai exercia poderes absolutos sobre todos os membros do agrupamento familiar. Esse autoritarismo era garantido pelo valor da propriedade, do saber tradicional e da visão religiosa da cultura. As mulheres eram excluídas da herança e decisões familiares. O filho adulto, era o que mais interessava ao pai, pois este era capaz de compreender as normas e os saberes ancestrais, transmitidos pela oralidade, de geração a geração, com a finalidade de preservar e aumentar os bens e as riquezas da família.

A igreja retratava a criança como símbolo do pecado, a incapacidade do homem em renunciar os prazeres mundanos. Porém, a criança conseguiu relevância para a igreja enquanto símbolo da pureza e inocência. Nesse caso, o “anjinho” era venerado e circulava em todas as peregrinações e festas religiosas.

Em meados do século XIX, houve uma recodificação da imagem infantil e a criança foi pensada como matriz físico-emocional do adulto, a partir de noções de evolução, diferenciação e gradação. Essa reordenação resultou da ação dos médicos-higienistas que realizaram um importante movimento denominado de movimento higienista que operou para combater os altos índices de mortalidade infantil, resultantes das práticas de abortos, abandono e infanticídio das crianças que eram deixadas nas rodas.

As rodas dos expostos era um mecanismo que foi criado em Roma no século XIII, que permitia as mães abandonarem seus filhos de forma anônima, normalmente crianças pobres, escravas ou crianças nascidas de relacionamentos ilícitos entre um membro da classe abastada com criadas ou escravas. A primeira Roda dos Expostos no Brasil, foi instituída em 1734, pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia em Salvador.

“[...] dispositivo onde se colocavam os bebês que queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança rejeitada. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar ao vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado” (MARCÍLIO, 2011, p. 57)

Segundo Costa (2004), os higienistas notaram que a roda havia sido tomada pela pobreza de instalações e meios de manutenção, transformando-se em um verdadeiro foco autóctone de mortalidade infantil. Na sessão da Academia Imperial, em 18 de junho de 1846, foram levantadas as seguintes questões: “1º A que se deve atribuir tão grande mortalidade nas crianças, nos seus primeiros anos de vida? 2º Quais as moléstias mais frequentes nas crianças? As respostas foram: o mau tratamento do cordão umbilical, vestuário impróprio, o uso e o abuso de comidas fortes, falta de tratamento médico no princípio da moléstia, vermes intestinais, etc. Dentre as causas principais da mortalidade infantil é a incapacidade de os adultos cuidar das crianças.

Em sua obra, *Causa da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*, em 1876, o Dr. José Maria Teixeira atribuía a ignorância das mães, ou seja, a falta de educação física, moral e intelectual delas e a ilegitimidade dos nascimentos, as razões principais da mortalidade infantil no Brasil. Ambas revelam a ignorância, a incapacidade da família em cuidar dos filhos. Em relação à ilegitimidade, os higienistas constataram que a morte dos filhos naturais era maior do que a dos filhos legítimos e associaram à mortalidade dos ilegítimos a prostituição doméstica. As senhoras de elite não amamentaram os seus filhos, condenando o aleitamento por terceiros e assim contribuindo com a elevada taxa de mortalidade infantil.

“Se é lamentável o fato de serem encontradas mortas nas rodas dezenas e dezenas de crianças, não é menos lamentável o desleixo da nossa justiça, que não procura punir muitos crimes que estas mortes revelam.” (TEIXEIRA, 1876, p. 384-385)

Com o movimento higienista há uma preocupação também em se levantar a questão da valorização do papel do materno. Propaga-se o mito do amor materno, que procura induzir as mães de um sentimento de cuidado, proteção, carinho e amor, enquanto um sentimento natural, espontâneo e definido biologicamente pela sua natureza reprodutora. Em razão desse sentimento é atribuído a mulher o papel de proteger e educar essa criança.

No século XVIII, a educabilidade da infância é algo destaque, pois é considerado um momento da vida que deveria ser protegido, concedendo o aumento de investimentos na escolarização da criança e na democratização do acesso à escola ao longo do século XIX. Assim sendo, é apontado que a constituição da

percepção da infância escolarizada no Brasil, aconteceu em meio a mudanças nos processos sociais de constituição do Estado, transformações do sistema produtivo, constituição de novos arranjos familiares, reorganização social que o país esteve imerso em finais do século XIX e início do século XX.

No fim do século XIX, com o advento da República, as crianças passaram a ser vistas como representantes do futuro da nação e, portanto, precisavam ser bem educadas, surgindo, assim, escolas especializadas.

”Nesse momento histórico, representado como ano 1 da nova era, o discurso republicano, pleno de messianismo político, promove uma súbita valorização da criança, representando-a como herdeira da República, alegorizada está na figura da mulher amorosa e abnegada. Para esse ponto de vista, cabe ao Estado exercer o papel de preceptor dos novos, subtraindo-os do âmbito do privado, familiar e afetivo e conduzindo-os para o âmbito do público. Em outras palavras, esse discurso convida os novos a herdarem o novo regime e a protagonizarem, no transcorrer de suas vidas, uma história fabular, cujo enredo deve ser a liberdade e o progresso.” (MONARCHA, 1997, p. 119)

As primeiras instituições escolares para atendimento infantil, foram as creches que surgiram no Brasil com um caráter assistencialista, cujo propósito era o de cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam. A creche para atender as necessidades precisava ser de tempo integral, gratuita ou barata necessário zelar, cuidar da saúde e ensinar hábitos alimentares e de higiene para as crianças.

No ano de 1908, foi estabelecido no Brasil a primeira creche para atender a população, para receber os filhos dos operários sem condições de pagar por uma instituição privada e recebia crianças com até oito anos de idade. Há um destaque a se fazer com relação a diferença, entre jardim de infância e creche.

Uma diferenciação pertinente que vale ser ressaltada se refere aos termos creche e jardim de infância. A creche visava assistir a criança que ficava privada dos cuidados maternos devido ao trabalho da mãe, tendo como principal objetivo evitar o abandono das mesmas por seus responsáveis. O jardim de infância pretendia exercer o papel de moralizador da cultura, transmitindo as crianças os mesmos padrões adotados na França e na Bélgica. (SANTOS, 2009, p. 537)

Sendo assim, quando falamos da creche a preocupação maior dessa instituição é cuidar, alimentar e garantir a segurança da criança enquanto longe dos

pais e o jardim de infância parte de um viés pedagógico, que tem por objetivo educar, buscar o desenvolvimento dessa criança para o ensino regular.

Kramer (1984) aponta um dualismo que surge devido a políticas falhas no atendimento da criança na da educação pré-escolar. De um lado, a educação é compensatória, e, por outro lado, mesmo sendo compensatória, nada se faz. Ela peca por ser um espaço de compensar carências, servindo para prever problemas de carências nutricionais, afetivas e culturais e não por ser um espaço de aprendizagem. Erra também por não ser uma educação obrigatória, pois as instituições de educação infantil precisam transitar de um direito da família ou da mãe para se tornarem, efetivamente, num direito de toda criança pequena.

Não há nas pré-escolas públicas uma proposta pedagógica que seja organizada, que venha sanar as dificuldades. Pois os professores não são qualificados e não há uma remuneração proeminente que coopere com a construção de um trabalho pedagógico sério. A mão de obra, na maioria das vezes formada por voluntários que logo abandonavam o trabalho.

A partir da Constituição de 1988, a educação infantil é reconhecida legalmente como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. Deste modo, a partir dessa carta magna, fica legalmente definido que os pais, a sociedade e o poder público têm de respeitar os direitos das crianças, definidos no artigo 277 da Constituição Federal, que diz:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.” (BRASIL, 1988)

A lei 8.069, de 13 de junho de 1990, da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma que a criança e o adolescente têm o direito à educação, saúde, moradia, família, entre outros, visando seu pleno desenvolvimento, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente foi considerado um avanço jurídico e social em relação à infância e à adolescência, por encarar a vida das crianças e jovens em sua plenitude (em seu direito à vida, à educação regular, à saúde,

ao carinho familiar e à assistência social); o Estatuto legitimou a cidadania como um direito de crianças e a sua promoção como um dever do Estado e da sociedade. A prática, no entanto, ainda aponta para os preconceitos, para a marginalização e o descaso com a vida da maior parte das crianças e jovens do país.” (RIZZINI, 1997, p.32)

CAPÍTULO 3: A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM GOIÁS

Ao se tratar da história da infância em Goiás, é visto que ela não é muito diferente do que acontecia no Brasil. As crianças que habitavam a Província de Goiás eram vistas como adultos em miniatura. Era posto que elas tivessem um comportamento de gente grande, vestidas como adultos, trabalhassem forçadamente e dentre outras coisas. No entanto, quando tinham a oportunidade de serem crianças, brincavam e se soltavam com suas meninices, fantasias e sonhos.

Na história da criança de Goiás, nos séculos XVIII e XIX, os estudos de Diane Valdez (2002), entre outros, nesta dissertação contribui para analisar questões que evidenciam as formas que se constituíam as famílias, o abandono das crianças, as maneiras de compreender a infância, o espaço da saúde e escola. Por muito tempo as crianças que nasciam fora do casamento, em Goiás e em outras partes do Brasil, eram conhecidas pela Igreja Católica como filhos do pecado ou filhos naturais.

Aqueles filhos de prostitutas, padres, adúlteros eram chamados de filhos das concubinas (mulheres estas que não se casavam na igreja), eles eram considerados ilegítimos pela igreja católica e também pela legislação portuguesa que vigorava no Brasil. A autora descreve sobre as demasiadas críticas de europeus que ao observarem as formas de concepção das crianças consideravam que os filhos eram de relacionamentos passageiros e, portanto, tidos como filhos do pecado. O concubinato era independente da classe social, da cor, espaço ou qualquer outro fator.

“Em relação às famílias da região de Goiás, haviam diferentes tipos de grupos familiares ou grupos de convívio. De acordo com o censo de 1872, a média de habitantes por domicílio correspondia a uma média de 6 pessoas por casas, incluindo parentes e agregados que moravam com as famílias e que oferece uma noção de filhos. Família numerosa não era comum até o início do século XX. Importante lembrar que nascimento e morte nessa época andavam lado a lado. Da mesma forma que nasciam crianças, também havia mortes, pelas precárias condições de vida.” (VALDEZ, 2002, p.14).

Desse modo o início do preconceito com as crianças se explica pelas condições de vida das famílias e vigora ainda hoje nas relações sociais. Valdez

(2002) mostra o costume das famílias de casarem seus filhos precocemente em que por volta dos 12,13,14 e 15 anos, a filha solteira geralmente se casava com homens mais velhos. Outra questão preconceituosa era a forma que os filhos de escravos eram chamados, como “moleques ou negrinhos”. Eram vítimas da violência doméstica, entre outras ações que contribuíram para fortalecer o racismo no contexto atual. No que se refere à criança indígena, as famílias mantinham uma relação harmônica, as crianças mais novas recebiam o nome de “curumim”, denominação vinda da língua tupi e que designava os meninos e meninas até atingirem a idade máxima de doze anos, a idade ideal para a igreja converte-los em cristãos.

A autora ainda diz que comparando os dados do século XIX de outras regiões brasileiras, o número de crianças abandonadas em Goiás é menor. Nos dados analisados, o estado, no século XIX, era um lugar em que prevalecia a pobreza e que mesmo assim as condições de pobreza não representam a causa de abandono. As famílias indígenas formavam a sociedade e as crianças eram adotadas com o argumento de que seriam civilizadas e em muitos casos eram até aprisionadas. Ainda que em Goiás o apresentasse um alto índice de abandono, acontecia outras maneiras de separar as crianças dos pais, como dar o filho para criar, para algum amigo ou parente.

Um dos modos que prevaleceu foi, as crianças chamadas de “bobos”, que eram adotadas por famílias para serem serviçais. Valdez (2002) em relação à fase assistencialista tão presente nas ações voltadas para a criança, indica que em 1876 predominam locais de acolhimento de órfãos e pobres que objetivavam a formação para o trabalho e a moral.

Sobre as crianças negras, o sentimento cristão orientava a caridade, e estas, eram adotadas para serem criadas “como filhas”. A realidade vivida era outra, essas crianças provenientes da escravidão, eram vítimas da violência doméstica, cujos maus-tratos levavam – nas até a morte em alguns casos. Um exemplo disso é a história do conto “De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrados no pescoço”, de Cora Coralina.

[...] Teria, contudo, de ser castigada, exemplada: um colar de cacos quebrados no pescoço e a bruxa consumida. Proibido chorar. Assim era e assim foi. [...] Aconteceu que,

naquela noite, dona Jesuína foi acordada com uns resmungos, gemidos quase, vindos da esteirinha. Ralhou: "Aquieta muleca, deixa a gente durmi..." [...] *Abaixou, sacudiu a menina. Recuou. A criança estava fria, endurecida e morta. A esteirinha encharcada. Durante a noite, no sono, uma aresta mais viva de um dos cacos serrilhados tinha cortado uma veiazinha do seu pescoço, e por ali tinha no correr da noite esvaído seu pouco sangue e ela estava enrodilhada, imobilizada para sempre. [...] Foi assim, com o sacrifício da menina Jesuína, desaparecendo em Goiás o castigo exemplar do colar de cacos quebrados no pescoço. [...]*" (CORALINA, 1988, p. 86)

A história retrata o ocorrido com uma criança negra maltratada pela senhora "bondosa e cristã" que havia adotado a menina para criar. Esse conto ajuda a perceber o quanto a violência doméstica é exercida e justificada em diferentes momentos históricos. A prática de se adotar crianças era muito comum, principalmente para cuidar de outras crianças. O mandonismo era uma prática muito comum em Goiás, que havia um princípio rígido de educação: "Aprende minha filha. Se você um dia puder, saberá mandar, e se não puder, saberá fazer".

A mistura de práticas católicas e superstições, sortes e agouros instalaram-se no Brasil e elaboraram crenças e símbolos próprios, como consequências das heranças culturais negra, branca e índia que se misturavam. As crenças populares que era algo muitas vezes herdado dos índios, relacionava-se com os elementos da natureza, como animais e vegetais, com a intenção de preservar a vida. Essas crenças demonstravam a necessidade de proteção desde a concepção ao nascimento da criança e a mãe, isso se tornou uma necessidade de uma proximidade com o sobrenatural, que se iniciava antes do nascimento da criança, para que ela "vingasse", como se dizia em Goiás. Era função das parteiras e comadres zelar da criança até o oitavo dia de vida.

A prática de adotar nome de santo é mais uma das formas de obter proteção para os recém-nascidos. Os nomes de família com conotação religiosa eram muito utilizados especialmente em mulheres. Em Goiás, o número de Annas é elevado, em homenagem à padroeira Sant'Anna. A Província de Goiás apreciava muito as festas religiosas. A mistura de raças nessas festas era algo normal como também a participação das crianças, que interpretavam papéis, ocupava lugares relevantes nas procissões ou interpretavam o Divino, em geral, provinham de classes mais abastadas.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, a falta de assistência médica na Província se entendia por todas as classes sociais. A disseminação de doenças como sarampo, varíola, chagas, malária, etc. Reforçaram a marca de Goiás ser um lugar perigoso. O remédio usado para estas moléstias era a fé, o uso de ervas medicinais, amuletos e rituais.

[...] “Cresci com os meus medos e com o chá de raiz de fedegoso, prescrito pelo saber de minha bisavó. Certo que perdi a aparência bisonha. Fiquei corada e achei quem me quisesse.” [...] (CORALINA, 2012)

Quando morriam, as crianças eram consideradas “anjinhos”, como aqueles que iriam para o céu e protegeriam os que aqui na terra permanecessem e receberiam os pais quando eles partissem. Segundo Valdez (2002), os túmulos em Goiás tinham referências ao anjinho que morreu e que exclamavam sobre anjinhos ou passarinhos que voaram para o céu, tudo como poesia e alegria. Essa ideia de anjinho se estendia por todas as crianças, inclusive aquelas que sofreram preconceitos.

[...] Meus brinquedos... Coquilhos de palmeira, bonecas de pano, caquinhos de loiça, cavalinhos de forquilha, viagens infundáveis... Meu mundo imaginário mesclado à realidade. [...] (CORALINA, 2012)

Durante a infância, algo bastante presente é o brincar. As brincadeiras permanecem ao decorrer do tempo, transforma-se, incorporam-se e adaptam-se aos lugares e às novas gerações. Em Goiás as crianças dividiam o espaço de lazer juntamente com os adultos. As brincadeiras eram muito criativas e imaginativas. Pequenos insetos como vagalumes eram usados para brincar na noite goiana. A natureza era meio fundamental para diversão e criação de brinquedos. As brincadeiras mais conhecidas era o “bete” e as “bolinhas de gude”.

As vestimentas tanto de meninos e meninas era algo sério, imitando a roupa dos adultos. Era esperado que as meninas fossem iguais às adultas, como Cora Coralina, traz em seu livro *Vintém de cobre*, no poema “Criança”,

“Era uma coisa restringida, sujeitada por todos os meios discricionários a se enquadrar dentro de um molde certo, cujo gabarito era o adulto. “Olha a filha de fulano, olha a sua prima, elas não fazem isso... Por que ocê não há de ser como elas? Aprende com sua parenta, vê que educação bonita ela tem... Olha a filha da vizinha, que moça bem-educada!...” “Toma propósito, menina”, era este o estribilho da casa, A criança tinha só cinco, seis anos e devia se comportar como tias e primas, as enjoadas filhas da vizinha, os moldes apontados.” (CORALINA, 2012)

As crianças filhas de escravos, usavam roupas simples, improvisadas e geralmente, seguia um modelo de calças e blusas simples, justificando a posição social que ocupavam. Já os indígenas, cresciam livres de roupas, os catequistas e missionários até tentavam vesti-los, mas estes, dispensavam o uso de roupas, independente de serem adultos ou crianças.

Em 1877, foi implantado na província de Goiás a Companhia de Aprendizizes Militares, que era comandada pelo Ministério da Guerra. O projeto permaneceu por quatorze anos e cinco meses e quando deixou de existir, tornou-se uma lembrança para adultos de Vila Boa e para as crianças representou a libertação de um espaço em que prevalecia um regime de disciplina rígida. Em Goiás, antiga capital, a Companhia era conhecida como —Quartel de menores.

A história da educação formal na Província de Goiás percorreu caminhos contraditórios e difíceis. Contou com a forte presença da igreja, com especial atenção à catequese dos curumins. Valdez (2002) mostra que existem silêncios, a exemplo, como aconteceu com a educação dos filhos dos negros e afirma a importância da história na defesa dos direitos das crianças.

“É a história que nos dá a possibilidade de vislumbrar como o significado da criança se diferencia no decorrer dos tempos. Hoje identificamos a criança sob a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente: —criança, sujeito de direitos... para chegarmos até aqui quanto caminhos percorremos [...] E o quanto ainda temos que percorrer para percebermos a criança como sujeito de direitos?” (VALDEZ, 2002, p.62).

No século de XVIII em Goiás, não havia tamanha importância as escolas, pois não se desejava nem mesmo se ansiava por escola, pois os pais se incumbiam de levar os filhos para o ofício de procura de ouro, até mesmo mais tarde, quando o trabalho se voltou para a produção pecuária, não havia interesse em saber ler e

escrever. A instrução pública em Goiás ocorreu no passar do século XIX, ainda junto as escolas das fazendas. A precariedade do ensino, induzia as pessoas a tomarem a iniciativa de contratarem professores particulares para os filhos.

De acordo com Valdez (2002), havia em Goiás reclamações do exaustivo trabalho de ser educador e da mínima valorização recebida. O baixo salário era um fator determinante para a insatisfação, como também, a longa carga horária de trabalho. Em maioria, os professores eram homens e poucos tinham alguma formação. A disciplina era algo inteiramente adotado para conter as crianças nas escolas, muitas vezes, estas eram muito severas e até mesmo violentas.

Sendo assim, foi adotado em 1827, uma lei que proibia os castigos físicos, palmatórias e outros abusos, permitindo apenas castigos, como, o chapéu de burro, o de ficar em pé virado para a parede. Quando essa lei chegou em Goiás, a indisciplina e as ofensas aumentaram por parte das crianças, o que fez com que os mestres revogassem a volta dos meios antigos para manter a disciplina. Depois de muita insistência, voltou a prática da palmatória, que era uma espécie de vareta que ficava guardada na gaveta da mesa da classe.

Esse tipo de educação rígida era algo adotado tanto em casa quanto na escola. As crianças tinham que seguir as normas estabelecidas pelo estatuto das escolas. Era preciso de conformar e adaptar aos regulamentos, aqueles que não obedecessem ou tornassem o processo difícil, recebia punição redobrada, assim como descreve Cora Coralina, que relembra a infância no final do século XIX, no poema “Criança”:

“Sem a compreensão de seus responsáveis, sem defesa e sem desculpas, vítimas desinteressantes de uma educação errada e prepotente que ia da casa à escola, passando por uma escala de coerções absurdas, a criança se debatia entre as formas anacrônicas e detestáveis de castigos e repreensões disciplinares, do puxão de orelhas ao beliscão torcido, o cocre que tonteava, até as chineladas de roupa levantada em cima da pele, e não raro a palmatória. Isso, sem falar nos piores, interessando a sua vida psicopatológica. Havia, ainda, disciplinas mais suaves e não menos impiedosas, como seja, ficar a menina sentada no canto de castigo, sua tarefa de trancinha ou abrolhos para amarrar, carta de “ABC” na mão, amarrados no pescoço, tempo esquecido, cacos de louça, acaso quebrada. O menino peralta, arteiro, inquieto, era

contido na sua vivacidade e daninheza, como se dizia, amarrado no pé da mesa.” (CORALINA, 2012)

Em algumas famílias havia a preocupação com a educação, o que fazia com que essas, não medissem esforços em poupar as economias para manter os filhos em faculdades no Rio de Janeiro e São Paulo. Exerciam vários ofícios para custear a educação dos filhos. Com isso, criou-se no Rio de Janeiro o “Centro Goiano”, que era um clube que tinha a função de auxiliar estudantes goianos com dificuldades financeiras.

Ao que diz respeito ao ensino das crianças indígenas, a igreja permanecia o seu interesse em catequizá-las. No século XVI, os curumins foram o eixo da atividade missionária e encarregados de passarem os ensinamentos para os pais e para seu povo. O governo adotou escolas de catequese como uma medida pacificadora para o atendimento dos curumins. Muitos não aceitaram o tipo de educação e sendo assim, fugiram em massa.

No século XVIII, criou-se os aldeamentos que tinham por objetivo implementar escolas para ensinar a ler e escrever, aprender a religião e a língua dos portugueses. Os meninos se ocupariam de ofícios como o de carpinteiro, ferreiro, cuidados com a lavoura e pecuária, já as meninas aprenderiam a fiar, tecer e coser. Essas propostas não obtiveram sucesso, pois os maus – tratos continuavam levando muitos índios a fugir. Diante disso, o Estado direcionou os missionários religiosos, instalou o Colégio Isabel destinado à catequese, a estudos sobre embarcações, ensino das primeiras letras, a costura, dentre outros.

A educação formal da Província, espelhada no Brasil, iria levar tempo para se tornar mais democrática e eficiente. Embora o Estado tenha intervindo na segunda metade do século XIX, a educação em Goiás permaneceu precária e instável, sujeita a redução dos salários dos professores e o fechamento de escolas para contenção de gastos públicos.

Os caminhos da história de Goiás possibilitam que se encontre marcas do passado no contexto atual. Ao refletir sobre as dificuldades das condições de vida da criança goiana é preciso reiterar que hoje, independentemente dos avanços na legislação brasileira, encontram-se: o abandono, a desigualdade social, o

preconceito, a violência, o assistencialismo em nome da proteção. No que diz respeito ao atendimento às crianças em Goiás, Barbosa (2008) mostra que o processo ocorreu com os mesmos formatos de outros estados do país.

“não foi por iniciativa estatal que surgiram as primeiras creches em Goiânia, por exemplo, mas sim devido a iniciativas filantrópicas ligadas às instituições de caridade, tendo sido criadas as creches — “Anália Franco” (1958) e — “Obra do Berço da Irradiação Espírita Cristã” (1967)” (BARBOSA, 2008, p. 382).

O abandono do poder público é notório na ausência de financiamento das esferas governamentais e na iniciativa de instituições filantrópicas de criarem creches que confirmam o atendimento como forma de assistencialismo e doação.

Apenas nas primeiras décadas do século XX, com a influência dos movimentos de reorganização educacional, em processo de desenvolvimento em alguns estados brasileiros, é que apareceram em Goiás importantes iniciativas em relação a educação das crianças pequenas. O primeiro Jardim de Infância foi criado em 1928, com a Lei n. 851, foi uma dessas iniciativas para promover não só o desenvolvimento da educação, mas da sociedade goiana como um todo.

Assim sendo, ao compreender o processo civilizatório como um movimento contínuo e inacabado, a infância pode ser apontada como um ponto crucial para a construção dos comportamentos individuais, considerando o desenvolvimento da sociedade moderna. Podemos afirmar que a infância e, por sua vez, a educação da educação infantil, tem papel fundamental na construção de uma sociedade cada vez mais civilizada.

Contudo a educação infantil como projeto de civilidade em Goiás se manifesta como resultado do interesse das instituições estatais e da sociedade civil na educação das crianças e sua formação integral, voltada para os cidadãos da república. O Decreto da educação Primária do Estado de Goiás, expedido em 1930, refletiu um sentimento de renovação que prevê a modernização e o avanço do estado por meio da educação. Em particular, pode-se concluir que algumas das finalidades do Jardim de Infância previstas por este regulamento, constituem aspectos de uma nova configuração educacional que se pensava para o estado de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhar pela linha do tempo e compreender como a criança era vista desde a Idade Média passando pelo Brasil e por Goiás, reconhecemos que ela não ocupava espaço importante na sociedade. Conhecer a infância como uma construção histórica e social a partir das relações determinadas entre adultos e crianças se mostra a cada momento histórico diferente. Com isso, através dos primeiros estudos realizados, concluímos que a partir das mudanças sociais e históricas notadas pelas famílias e nos grupos sociais se criou um elemento importante nos processos de interdependência entre adultos e crianças.

Nessa caminhada as crianças e a infância passaram por processos difíceis e não planejados de mudanças, e a institucionalização da sua educação apontam que há uma configuração social que se organiza a partir dela, ao passar de um período de ausência social da infância para um período no qual sua participação e sua existência social são valorizadas e consideradas fundamentais. Como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança é um ser sócio-histórico, dotado de direitos que participa ativamente da sociedade e, enquanto sujeito social deve ter seu desenvolvimento integral assegurado pela Educação Infantil.

Nesse sentido, é preciso conceber que ainda há muito o que aprender sobre como lidar com as crianças na prática, valorizando-as, respeitando-as, e possibilitando-lhes a construção de uma identidade de forma saudável e plena. E com isso, o papel do professor é fazer da criança o protagonista de sua história, é provocar mudanças garantindo o seu desenvolvimento em todas suas fases, já que a educação infantil e a infância estão inteiramente relacionadas.

Durante a graduação, nas experiências de estágio não obrigatório e nos estudos realizados, é perceptível como há um retrocesso encoberto com relação ao ser criança, ao sentido da infância. O adulto em miniatura da atualidade que executa inúmeras atividades extracurriculares, que é instigado a cada dia mergulhar em um mundo cada vez mais tecnológico, aquele que precisa trabalhar para ajudar com algum sustento dentro de casa, aquele que não tem acesso a uma educação digna e

de qualidade. Portanto é visto que ainda há muito o que ser investigado para que se possa abrir novos caminhos e perspectivas que se rompa com esses paradigmas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, 1988.

BARBOSA, Ivone Garcia. **Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da educação infantil em Goiás**. Inter-ação. Goiânia, v. 33, n. 2, p. 379-393, 2008.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha- a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. (Coleção a obra prima de cada autor).

CORALINA, C. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global Editora, 1988.

CORALINA, C. **VINTÉM DE COBRE Meias Confissões de Aninha**. São Paulo: 1ª edição digital, 2012.

COSTA, J. F. **Ordem médica e Norma Familiar**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TEIXEIRA, José M. 1876. **Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro**. In: FREIRE, Jurandir Costa, op. cit., p. 163

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental**. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.96, pp. 797-818.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. **Sobre a História da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONARCHA, C. **Lourenço Filho e a Biblioteca da Educação**. 1997. In: Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra. Campinas, Mercado de Letras, 2000.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PRIORE, Mary Del (Org.). **O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, I. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, I. F. **Narrativas: as falas da experiência - colaboração para a formação de professores no mundo lusófono**. São Paulo, ano 4, n. 7, 2009.

SARMENTO, **Visibilidade social e estudo da infância**. In VASCONCELLOS, Vera M.R.; In. SARMENTO, Manuel J. *Infância (in)visível*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

VALDEZ, Diane. **História da Infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Histórias de Goiás 2. Goiânia: Agepel/UEG, 2002. 55p. (Coleção Histórias de Goiás).